

ATA 2089² REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às nove horas e 1 trinta minutos, realizou-se a segunda milésima octogésima nona reunião Plenária 2 Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda 3 Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 15 (quinze) conselheiras/os, sendo estas/es 4 efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Edgar Rodrigues, Guilherme Rodrigues 5 Raggi Pereira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Luciana Stoppa dos Santos, Maria 6 Rozineti Gonçalves, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo 7 Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Beatriz Borges Brambilla, Ivana do Carmo 8 Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Magna Barboza Damasceno, Maria Mercedes 9 Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri e Rodrigo Fernando Presotto conforme lista de 10 presença anexa, onde constam os registros de horários de ingresso e saída do quórum 11 das/os conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio 12 de 2017. Também estiveram presentes as representantes das Subsedes Grande ABC. 13 14 Andrea da Costa; e, da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, Karina Alejandra Preter Ancamil. E os representantes das Comissões, Núcleos e GTs: Lilian Suzuki, 15 coordenadora do Núcleo de Educação e Medicalização, Davi Rodriguez Ruivo 16 Fernandes do Núcleo de Psicoterapias e Raizel Rechtman, representante do Núcleo 17 Psicologia Organizacional e do Trabalho. ORDEM DO DIA: I) INFORMES - 1.1) 18 Justificativas de Ausência - Foram registradas as justificativas de ausência das/os 19 conselheiras/os Maria das Graças Mazarin de Araújo, Monalisa Muniz Nascimento, 20 21 Beatriz Marques de Mattos, Ed Otsuka e Mary Ueta. Registra-se, ainda, que estão 22 afastadas/os as/os conselheiras/os Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon e Bruna Lavinas Jardim Falleiros, conforme homologado na 2068ª Plenária Ordinária, de 23 16 de março de 2019 e que estão licenciadas/os as/os conselheiras/os Evelyn Sayeg, 24 conforme homologado na 2051ª Plenária Ordinária, de 20 de outubro de 2018, Vinicius 25 Cesca de Lima e Mauricio Marinho Iwai, conforme homologado na 2068ª Plenária 26 Ordinária, de 16 de março de 2019. 1.2) Eleições - Larissa Gomes Ornelas Pedott 27 informa que em 22 de agosto de 2019 iniciou-se o período eleitoral que se estenderá 28 até o dia 27 de agosto. II) APROVAÇÃO DAS ATAS 2019^a (20/02/18); 2043^a 29 (11/08/18); 2047^{a} (21/09/18); 2053^{a} (10/11/18); 2057^{a} (08/12/18); 2061^{a} (12/01/19); 30 2065^a (16/02/19); 2068^a (16/03/19); 2082^a (29/06/19); 2085^a (20/07/19) - Suely 31 Castaldi Ortiz da Silva submete ao plenária as minutas das atas das Plenárias 2019ª 32



(20/02/18); 2043^a (11/08/18); 2047^a (21/09/18); 2053^a (10/11/18); 2057^a (08/12/18); 33 2061^a (12/01/19); 2065^a (16/02/19); 2068^a (16/03/19); 2082^a (29/06/19); e, 2085^a 34 (20/07/19) para homologação. Recorda que as mesmas foram encaminhadas, 35 antecipadamente, para leitura do plenário. Considerações do plenário: 1) Rodrigo 36 Toledo questiona sobre como será realizada a homologação da ata desta plenária, 37 uma vez que há a possibilidade de esta ser a última plenária ordinária desta gestão. 38 39 Considera que muitos encaminhamentos desta gestão terão relação com o processo 40 de transição da gestão. Assim, sugere que, se não houver uma plenária ordinária, que a aprovação desta ata se dê em uma plenária ética. 2) Luciana Stoppa informa que 41 será composta uma comissão de transição, com membros da atual gestão e da 42 próxima. Portanto, entende que a plenária ética do dia 06 de setembro deve ser 43 mantida. 3) Regiane Aparecida Piva pondera que não é coerente que outra gestão 44 aprove o texto de uma ata da qual não estavam presentes. Encaminhamento: O 45 plenário homologa as atas das plenárias 2019^a (20/02/18); 2043^a (11/08/18); 2047^a 46 (21/09/18); 2053^{a} (10/11/18); 2057^{a} (08/12/18); 2061^{a} (12/01/19); 2065^{a} (16/02/19); 47 2068^a (16/03/19); 2082^a (29/06/19); e, 2085^a (20/07/19), sem novas alterações. **III)** 48 APRECIAÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA - Suely Castaldi 49 Ortiz da Silva submete ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e 50 jurídica inscritas nesse CRP SP. Encaminhamento: Foram homologados os seguintes 51 processos: Pessoa Física – 857 (oitocentas e cinquenta e sete) novas inscrições, 164 52 (cento e sessenta e quatro) reativações, 18 (dezoito) inscrições secundárias, 35 (trinta 53 e cinco) inscrições por transferência, 129 (cento e vinte e nove) cancelamentos a 54 pedido, 6 (seis) cancelamentos por óbito, 38 (trinta e oito) cancelamentos por 55 56 transferência, 35 (trinta e cinco) cancelamentos de inscrição secundária, 59 (cinquenta e nove) cancelamentos por não apresentação de diploma. Pessoa Jurídica - 74 57 (setenta e quatro) registros, 11 (onze) cadastros, 2 (duas) alterações contratuais, 16 58 (dezesseis) cancelamentos a pedido. Total geral dos processos analisados: 1.444 (um 59 mil, quatrocentos e quarenta e quatro), conforme folha anexa que é parte integrante 60 desta ata. IV) APRECIAÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA - Suely Castaldi Ortiz 61 da Silva submete os processos de solicitação de título de especialista para apreciação 62 do plenário. Encaminhamento: Na modalidade Residência Multiprofissional deferiu-se 63 02 (dois) na área de Saúde. Na modalidade Cursos Credenciados deferiu-se 04 64 (quatro) na área da Psicologia Clínica e 02 (dois) na área da Neuropsicologia. Na 65 Modalidade Cursos IES deferiu-se 01 (um) na área da Psicologia Escolar/Educacional. 66



68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90 91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

01 (um) na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho, 17 (dezessete) na área do Trânsito, 02 (dois) na área Jurídica, 15 (quinze) na área da Psicologia Clínica, 06 (seis) na área da Psicologia Hospitalar, 02 (dois) na área da Psicopedagogia, 11 (onze) na área da Neuropsicologia e 05 (cinco) na área da Saúde. Indeferiu-se 01 (um) na área da Psicologia Escolar/Educacional, 01 (um) na área da Psicologia Organizacional e do Trabalho, 01 (um) na área da Psicologia Hospitalar, 01 (um) na área da Neuropsicologia e 01 (um) na área da Saúde. Na modalidade Concurso deferiu-se 01 (um) na área do Trânsito. Na modalidade Nova Especialidade deferiu-se 01 (um) na área da Saúde. Assim, o total geral é de 75 (setenta e cinco) títulos de especialistas conforme folha anexa que é parte integrante desta INDEFERIMENTO DE PESSOA JURÍDICA - Suely Castaldi Ortiz da Silva relata que a COF recomenda a não aprovação da inscrição de Pessoa Jurídica da CT "Recanto Vida Nova Ltda – ME" - Memo COF 109/2019. Encaminhamento: O plenário acata a recomendação da COF, de não aprovação da inscrição de PJ para a comunidade terapêutica "Recanto Vida Ltda – ME". VI) INFORMES (CONTINUAÇÃO) – 6.1) Processo Eleitoral - Luciana Stoppa dos Santos informa que foi providenciada pela Diretoria, em 23 de agosto, juntamente com a comunicação maior divulgação no site das informações sobre o processo de votação, de forma pormenorizada. Colocaram em destaque o vídeo do Conselho Federal de Psicologia, que é didático sobre a questão. Também, conversaram com o departamento de atendimento e, na telefonia haverá uma gravação de que as dúvidas sobre o processo eleitoral devem ser elucidadas via site. E, há no setor pessoas indicadas para serem as responsáveis por responder aos questionamentos sobre o processo eleitoral. Algumas/uns psicólogas/os entraram em contato via inbox e, combinaram com a Comunicação, sobre a resposta a ser dada. Destaca que todo processo eleitoral é de responsabilidade do CFP. As questões estão sendo registradas e repassadas ao CFP. PRIRORIZAÇÃO DA PAUTA - Larissa Gomes Ornelas Pedott apresenta como proposta de priorização dos pontos de pauta: "Comissão de Ética – COE"; "Comissão de Orientação e Fiscalização – COF" e "Informes das Comissões, Núcleos e GTs". VII) COMISSÃO DE ÉTICA - COE -Rodrigo Toledo informa que as produções da Comissão de Ética nos últimos três anos constarão no Relatório de Gestão. O material que será apresentado neste ponto é o panorama atual da COE, bem como os desafios que entendem que a próxima gestão deverá enfrentar. Produziram um relatório o qual é informado ao plenário. Relata que há 754 (setecentos e cinquenta e quatro) processos em trâmite na COE. Quanto às



102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114115

116

117

118

119

120

121

122

123

124125

126

127

128

129

130

131132

133

134

etapas processuais, em PI (fase investigativa) são 542 (quinhentos e quarenta e dois processos), sendo 127 (cento e vinte e sete) processos para apreciação de parecer; 92 (noventa e dois) pareceres a serem encaminhados para sede e subsedes; 66 (sessenta e seis) em análise de representação prévia; 32 (trinta e dois) para notificação: 30 (trinta) na Câmara de Mediação da COE: 23 (vinte e três) em elaboração de resumo de Parecer; 17 (dezessete) para parecer nas subsedes; 17 (dezessete) a serem pautados em plenária a relatoria de reconsideração; e, 11 (onze) acordos de mediação para apreciação do plenário. É importante que todas/os tenham ciência desse cenário, em especial, do número de processos que estão com pendências relacionadas às funções de conselheiras/os, há um grande número de pareceres para apreciação. O entendimento é que esse será um número que será encaminhado para a próxima gestão. Com relação à prescrição, o início da prescrição de todos esses processos é a partir de 2020, mas destaca que, aqueles. que estão em processos investigativos ainda há uma série de etapas que precisam cumprir antes da instauração do processo ético, e que precisam ser cumpridos dentro desse prazo. Durante o processo de transição, destacarão de forma intensa os prazos processuais, já considerando o novo CPD, que diminui prazos e exige mais celeridade nas fases processuais. Assim, faz a leitura de uma série de análises que a equipe técnica fez e que foi analisado pelas/os conselheiras/os da COE: "1. A quantidade de processos é muito grande, e o nº de pessoas envolvidas (conselheira, membra, colaboradora, PAT, ADM, estagiárias) na apreciação também. É necessário que todos se impliquem em agilizar os encaminhamentos e acompanhar os prazos prescricionais. 2. Sugerimos Reuniões de Pareceres COE na Sede e Subsedes, no total de 11 a cada 2 meses, apreciando 22 pareceres. Para aliviar o gargalo, serão necessárias 4 reuniões em cada, durante 8 meses (+ resumos e assessorias). 3. Capacitação e estruturação de reuniões de Pareceres na Baixada, ABC e no Alto Tietê, pois as Psicólogas Analistas Técnicas são funcionárias novas. 4. Sugerimos agilizar reuniões de Pareceres de COE para eliminar os gargalos. Uma meta poderia ser realizar a PI em 2 anos. 5. Se algum Parecerista não puder fazer, deverá ser redistribuído imediatamente. Todos cuidarem para os processos não ficarem parados. 6. Plenárias Éticas de 4 horas de duração, apreciando 02 Pedidos de Reconsideração + 5 a 6 Pareceres + Termos de Acordo CAM COE por Plenária. Para aliviar o gargalho serão necessárias 21 Plenárias Éticas. 7. Levantamento quadrimestral da equipe COE em relação aos prazos prescricionais e impulso processual em processos sem andamentos recentes". Em trâmite estão 192



136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

(cento e noventa e dois) PDs. processos éticos já instaurados, sendo 35 (trinta e cinco) para nomeação de Relator de Julgamento; 33 (trinta e três) em fase de elaboração de resumo de julgamento; 23 (vinte e três) para nomeação de Comissão de Instrução (CI); 19 (dezenove) em instrução processual; e, 9 (nove) acordos de mediação para serem analisados em plenária. Desses, 1 (um) processo prescreve em dezembro de 2019, mas cujo julgamento teria sido realizado, mas foi adiado a pedido da psicóloga, que apresentou atestado médico. Outros 19 (dezenove) prescrevem em 2020 e o demais após esse ano. Todos os processos devem ser julgados até a data de prescrição. Faz leitura da análise sobre esses dados: 1. A quantidade de processos é muito grande, e o nº de pessoas envolvidas (conselheira, membra, colaboradora, PAT, ADM, Estagiárias) na apreciação também. É necessário que todos se impliquem em agilizar os encaminhamentos e acompanhar os prazos prescricionais. 2. Agilizar as CIs, principalmente na Sede, Sorocaba, ABC e Campinas. Gestores devem acompanhar para não ocorrer a prescrição intercorrente (3 anos parado). 3. Coordenador de COE nas Subsedes fazer gestão de COE (acompanhar prescrição e andamentos de CIs, Pareceres) e interface com COE Sede. 4. Capacitação (funcionário ADM e Colaboradores) e estruturação de CIs no Alto Tietê, pois trata-se de Nova Subsede. 5. Sugerimos agilizar Instruções Processuais para eliminar os gargalos. Uma meta poderia ser realizar a PD em 3 anos. 6. Conselheira cumprir prazo de 25 dias + 25 dias para elaboração do relatório de julgamento e entrega, além de respostas rápidas à assessoria. 7. Prioridade da equipe técnica COE Sede (além das assessorias): elaborar resumos de julgamento. Mesmo assim, alertamos que não será possível fazer 33 Resumos de Julgamento até 10 dias após a virada da gestão. Cada Resumo leva em média – uma semana; dependendo de outros trabalhos. 8.Sugerimos Plenária de Julgamento período diurno, 9h-13h ou 14h-18h. Lembrando que o CPD diz expressamente que deve ser em horário comercial. 9. Sugerimos Plenária de Julgamento estendidas, com 4 julgamentos cada. Para aliviar o gargalo serão necessárias 9 Plenárias de Julgamento. 10. Levantamento guadrimestral da equipe COE em relação aos prazos prescricionais e impulso processual em processos sem andamentos recentes". Sobre Processo Disciplinar Ordinário - PDO, relata que estão tramitando 20 (vinte) processos. O gargalo com a fase processual é com o Departamento de Atendimento para aplicar as multas. Relata que 4 (quatro) processos prescrevem em 2020, portanto, devem ser julgados e finalizados até esse ano. Faz leitura das sugestões da equipe da COE sobre esses casos: ""1. Diretoria ou Plenária



170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189 190

191

192193

194

195

196

197

198

199

200

201202

validar o procedimento de cobrança da penalidade de multa proposto pela COE/DAT/Jurídico. 2. Departamento de Atendimento efetivar a cobrança e informar jurídico as multas não pagas, após 2 tentativas. 3. DAT ou Jurídico informarem à COE do pagamento da pena de multa ou entrada da ação de execução judicial para finalizar o PDO". Também, faz leitura de comentários e sugestões gerais sobre os processos da COE: "1. É fundamental a implantação urgente do uso eletrônico na tramitação processual. O novo CPD estreitou os prazos prescricionais e atribuiu prazos também para as ações do Conselho. Demoramos muito tempo com intimações pelos correios, cópias de processos e outros, que poderiam ser acessados imediatamente pelo meio eletrônico, além de poupar recursos. Isso poderá envolver aquisição de equipamentos (Monitores e scanners). Garantia da Acessibilidade (leitor eletrônico). 2. Na elaboração do Calendário de Plenárias, sugerimos iniciar a apreciação dos processos em Outubro/19 (após capacitação) e eliminar os gargalos existentes no prazo de 6 meses a 1 ano, para não ocorrer risco prescricional. 3. Sugerimos no primeiro mês fazer 01 Plenária de Julgamento + 04 Plenárias Éticas apreciando somente Pareceres. A partir do segundo mês, 2 Plenária de julgamento + 3 Plenárias Éticas. No mês seguinte, 1 Plenária de julgamento + 4 Plenárias Éticas. 4. Assim que sair calendário das Plenárias, distribuir às Conselheiras no quórum anual ou semestral, de modo equitativo. 5. Caso haja necessidade de a Conselheira mudar a data, buscar diretamente outra conselheira para substituí-la, informando à COE. 6. A COE precisa se reestruturar fisicamente, com espaço exclusivo para CIs, mediação, atendimento às partes, armários, balcão de atendimento e unir a equipe. Há atualmente funcionária em espaço de outro departamento (COF). 7. Necessitamos repor a vaga efetiva de ADM, que vem sendo ocupada por funcionários temporários, exigindo constantes capacitações e dificuldade em repassar tarefas mais complexas. 8. Precisamos aumentar o quadro de 1 funcionário ADM para a CAM COE. Desde que iniciamos as mediações (Jul/17) a vaga vem sendo ocupada por funcionários temporários, e a demanda tem sido grande e crescente. 9. Continuidade de Operador de Xerox temporário até eliminar gargalos de Plenárias e os processos já tiverem acesso totalmente eletrônico. 10. Adaptação de fluxos técnicos e ADMs ao novo CPD. 11. Capacitação Novo CPD e entrega de Manuais: • Pareceristas Sede e Subsedes; • Comissão de Instrução (Colaboradores); • Equipe Técnica e ADM Sede e Subsedes; • Conselheiras. 12. Seleção e capacitação de novos mediadores Sede e Subsedes. 13. Regionalização da Mediação, iniciando com projeto piloto. 14. Debate sobre



204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216217

218

219

220

221

222

223224

225

226227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

Restaurativa e processos com violação de direitos. 15. Promover a acessibilidade de PCD no trâmite processual (CPD em braile, leitor andamentos no meio eletrônico e outros). 16. As sugestões dadas consideram as possibilidades de trabalho da Equipe Técnica e ADM Sede. 17. Lembramos que todo o gargalo mencionado neste relatório é atual, pois outros processos chegarão a outras fases no decorrer do tempo". Ressalta que assumiram como proposta desta gestão a mediação, que os ajuda a ver questões a serem revistas em relação aos processos éticos. Entende que é importante adotar essa lógica restaurativa para enfrentar a lógica judicializante e punitiva. Porém, apesar da Resolução e de a mediação constar no novo CPD, ainda há resistência de alguns Conselhos Regionais em adotarem essa prática, alguns ainda não tendo implantado as Câmaras de Mediação e que se opuseram fortemente. Há, também, pareceres jurídicos que trazem a dificuldade e as razões para não adotarem essa prática. O CRP SP defende que a mediação é uma possibilidade e que garante a execução de atividade fim do CRP, a partir de outra lógica, restaurativa. Considera que a próxima gestão deve avançar em relação a aplicação dessa lógica restaurativa também para processos que envolvem violações de direitos humanos. Destaca que conseguiram finalizar o processo de regionalização. Para a próxima gestão, sugere que o grupo de colaboradoras/es que envolvem COE deve ser envolvida em várias etapas do processo ético. Deram o início ao projeto de descentralização das mediações, mas não conseguiram avançar. Duas subsedes já haviam se disponibilizado para participarem do projeto piloto, Bauru e Ribeirão Preto, mas não foi possível iniciar esse processo. Em 31 de agosto, conforme previsto no edital de convocação, todos os mediadores encerram sua atuação enquanto mediadores. A próxima gestão deverá recompor a Câmara de Mediação. Há um parecer jurídico que aponta a possibilidade de uma transição da Câmara de Mediação. Ressalta que Luciana Mantovani faz o gerenciamento do Comissão de Acompanhamento de Processos Legislativos (CPL), porém, não se trata de uma atividade de COE. A próxima gestão precisará pensar em como lidar com essa questão. O mesmo ocorre com acompanhamento de editais de concursos públicos. Luciana Mantovani relata que não tinham espaço físico para alocar um estagiário para o acompanhamento de editais de concurso. Conseguiu um espaço para um menor aprendiz de 4 (quatro) horas para auxiliar no acompanhamento de concursos. Considerações do Plenário: 1) Luciana Stoppa entende que deveria compor o relatório de transição o acordo político da presença das/os 30 (trinta) conselheiras/os nas plenárias, independente de titularidade e suplência. Também, que esse número é



238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

muito reduzido. Este plenário ainda teve poucas/os dessas/es conselheiras/os, efetivamente, tocando as atividades do CRP SP. Assim, reforça que é fundamental o compromisso das/os 30 (trinta) conselheiras/os com as atividades precípuas do CRP SP. Não é possível atuar somente com as/os 15 (quinze) conselheiras/os titulares, considerando o volume de trabalho e os dados apresentados por Rodrigo Toledo. Outra questão é a proposição para a APAF do aumento de número de conselheiras/os do CRP SP, considerando o volume de demandas e o grande número de psicólogas/os ativas/os, que deve ser uma sugestão para a próxima gestão. Ressalta, também, o grande número de pessoas colaboradoras, que ajudam na condução das atividades, como fiscalizações, orientações presenciais, elaboração de pareceres e comissões de instrução, por exemplo, e para as quais, deve-se ter formação contínua. Considera importante trazerem a questão de acessibilidade dos processos éticos e também dos processos de orientação e fiscalização. Avançaram nesta gestão, mas precisam de ainda mais avanços. Com relação à mediação, questiona qual a justifica daqueles conselhos que se posicionam contra essa prática. 2) Ivana do Carmo, conselheira coordenadora da subsede Sorocaba, pondera que seria importante também trazer os dados sobre o que foi realizado relativo à Comissão de Ética durante esta gestão. Destaca que dentro do processo de regionalização da COE, ocorreram alguns impasses. No início, a presidência anterior da COE determinou a distância máxima de residência das pessoas que fariam oitivas das subsedes, o que ainda impacta o trabalho. Registra que o trabalho de COE e COF tem sido realizado por psicólogas/os voluntárias/os. As atividades do CRP geralmente são em horário comercial, o que faz com que precisem solicitar dispensa de seus trabalhos, o que nem sempre é possível. 3) Rodrigo Presotto pondera que o primeiro ano desta gestão da COE foi muito difícil. Ocorreram problemas também de questionamento sobre o deslocamento de pessoas para fazerem atividades e que deveriam ser ressarcidos. Nos últimos dois anos houve melhora desses aspectos, com pessoas das subsedes podendo compor acões estaduais também. Agradece à COE pela finalização do processo de regionalização, com visitas periódicas às subsedes para acompanhar o processo. Considera importante que se explicite os prazos de prescrição. 4) Magna Barboza Damasceno entende que falta incluir a Comissão Gestora Metropolitana para a realização de reuniões da região, ainda participam das reuniões da Sede. Assim, uma de suas recomendações é que se separe também para a Metropolitana, para que passe a ser oficializar a distinção entre sede e Comissão Gestora Metropolitana. 5) Luciana



272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294295

296

297

298

299

300

301

302

303304

Mantovani pontua que os prazos de prescrição diminuíram muito. Agora, o prazo somente é reiniciado na fase de manifestação previa. Anteriormente, também reiniciava na fase de citação. Anteriormente, o prazo também reiniciava com qualquer decisão de plenária, agora, somente se for condenatória. Esse novo CPD atribui prazos para as/os conselheiras/os e, anteriormente, atribuía somente para as partes, por exemplo, para a presidência do CRP SP, que após o recebimento das alegações finais, terá 10 (dez) dias para nomear relator de julgamento, que terá 25 (vinte e cinco) dias para apresentar o relatório, prorrogáveis por mais 25 (vinte e cinco) dias, mediante solicitação justificada do relator. 6) Rodrigo Toledo informa que não sabe se há necessidade de o jurídico estar em todas as Comissões de Instrução. Acredita que o jurídico deve garantir assessoria a todas as CIs, ainda que à distância. Pondera que apesar da dificuldade de horário, devido às atividades necessitarem ser realizadas dentro do horário comercial/jurídico, trata-se de uma autarquia com função delegada do estado e, assim, é preciso garantir a execução das atividades. Sobre a questão da Comissão Gestora Metropolitana, entende que essa gestão não discutiu propriamente o que seria essa comissão. Todos as/os gestoras/es da metropolitana foram convidados a participar das reuniões. Assim, considera um desafio para a próxima gestão pensar em como a metropolitana ocupa esse lugar. A respeito da Mediação, informa que há um CRP que argumenta que, pela Lei nº 5766/71, a função dos Conselhos é de julgador e, assim, caso não seja feito julgamento, não estaria sendo cumprida sua função precípua. Considera que se trata de uma visão punitivista e exclusivamente julgadora. 7) Beatriz Borges Brambilla relata que o Conselho de Odontologia utiliza odontólogos peritos para atividades de fiscalização, por exemplo. Assim, considera que as/os profissionais que realizam fiscalizações deveriam ser de uma categoria diferente a de colaboradoras/es de Núcleos, quase análogo a de perito, uma vez que estão fazendo um trabalho profissional para o CRP SP, assim, que considerassem essa atividade como uma atividade especializada de fiscalização e de ética, o que valorizaria as/os colaboradoras/es que realizam essa atividade e, assim, conseguiriam qualificar essas participações. 8) Rodrigo Toledo concorda com Beatriz Brambilla e considera importante que passem a olhar também a questão da ética e da perícia, também em relação a outras profissões. Agradece a todas/os que compuseram a COE, tanto colaboradoras/es quanto conselheiras/os. Também à equipe técnica e administrativa. 7.2) Apreciação de 15 Termos de Acordo de *Mediação -* Rodrigo Toledo informa que estão com 15 (quinze) Termos de Acordo de



306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

Mediação para apreciação da plenária e que precisam ser apreciados nesta gestão. por isso, está pautado nesta plenária. Ressalta que precisam apreciar nesta Plenária Ordinária ou na Plenária Ética que será realizada na sequência. Considerações do plenário: 1) Luciana Stoppa dos Santos recorda-se que há programada uma Plenária Ética a ser realizada no próximo dia 06 de setembro, quando também seria possível a apreciação desses Termos. VIII) INFORMES (CONTINUAÇÃO) - Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa que o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP 08) publicou nesta data uma nota de falecimento do conselheiro daquele regional, o psicólogo Francisco Mário Pereira Mendes, onde exerceu a função de tesoureiro. Será encaminhada nota de pesar deste CRP SP ao CRP PR. IX) COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO – COF – Maria Rozineti Gonçalves foi realizada troca da presidência da COF após decorrido um ano desta gestão e que, novamente, em maio deste ano, houve a troca, quando ela assumiu essa função. Desde o início da gestão esteve compondo a COF, mas havia se distanciado durante o tempo em que estava na Diretoria do CRP SP. Algumas questões afetaram o desenvolvimento da Comissão, como a saída de várias funcionárias do departamento de Orientação e Fiscalização. Assim, agradece à Karen Dotto, assistente de coordenadoria da COF, e à equipe, que tiveram muito trabalho e precisaram lidar com essas questões. Apresenta, ano a ano, o panorama de número de fiscalizações e orientações. Em 2017 foram realizadas - sede e subsedes - 370 (trezentas e setenta) fiscalizações e 11 (onze) retornos de fiscalizações, totalizando 381 (trezentas e oitenta e uma). De orientações, foram realizadas 85 (oitenta e cinco) com conselheiras/os e gestoras/es: 10.623 (dez mil, seiscentas e vinte e três) por telefone; 2.013 (duas mil e treze) por e-mail; e, 693 (seis e noventa e três) orientações pessoais. Totalizando 13.414 (treze mil, quatrocentas e quatorze). Em 2018 houve um aumento desses números: foram realizadas 322 (trezentas e vinte e duas) fiscalizações e 21 (vinte e um) retornos de fiscalização, totalizando 343 (trezentas e quarenta e três). De Orientações, foram realizadas 64 (sessenta e quatro) com conselheiras/os, 10.767 (dez mil, setecentos e sessenta e sete) por telefone, 2.697 (duas mil, seiscentas e noventa e sete) por e-mail, 886 (oitocentas e oitenta e seis) pessoais. Totalizando 14.418 (quatorze mil, quatrocentas e dezoito). Em 2019, até 07 de agosto, foram realizadas 191 (cento e noventa e uma) fiscalizações e 5 (cinco) retornos de fiscalização, totalizando 196 (cento e noventa e seis). De orientações, foram 50 (cinquenta) com conselheiras/os, 7.227 (sete mil, duzentas e vinte e sete) por telefone,



340

341

342

343

344

345

346

347

348349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

1.756 (uma mil, setecentas e cinquenta e seis) por e-mail, 520 (quinhentas e vinte). Totalizando 9.584 (nove mil, quinhentas e oitante e quatro). Pondera que houve uma intensificação neste último ano de gestão. Faz leitura, então, das recomendações e desafios para a próxima gestão: "Resoluções estaduais (atendimento online, CT, PJ); Atualização de material orientativo produzido pela COF: folders série CRP SP Orienta, Manual de Orientações, site e aplicativo (devido as novas resoluções); Fluxo e critérios para novos procedimentos de orientação e fiscalização com base nas resoluções de PJ e CT; Envolver a COF nos projetos de diálogos com as universidades e aproximação com estudantes (Ex.: projeto Encontros com Estudantes); Fluxos de comunicação entre Comissões e Núcleos para alinhamento de posicionamentos técnicos-políticos que agilizem o trabalho e as produções da gestão (notas, etc.); Sistema integrado entre Sede e Subsedes; Participação de gestores, membros e colaboradores nas atividades de orientação e fiscalização – considerando ser atividade fim; Manter os encontros de Capacitação Técnica - periodicidade trimestral; Alinhamento COE/COF em relação a todas as ações e pautas; Diálogo com Ministério Público, e manutenção das parcerias com MP e Defensoria; Maior diálogo e critérios em relação às demandas do Sistemas Conselhos (ex.: inspeções nacionais)". Ressalta que sobre a Resolução estadual de atendimento online, há uma resolução nacional sobre o assunto, mas precisam elaborar uma Resolução estadual, uma vez que se têm recebido pedidos que são de alguma forma contrários ao que está disposto na Resolução federal. A ideia é fazer uma resolução mais diretiva e esmiuçada sobre esse processo. Também foi lançada recentemente uma Resolução nacional sobre cadastro de Comunidades Terapêuticas nos Conselhos Regionais de Psicologia. O Núcleo Saúde demandou que fosse feita uma Resolução estadual também. Entenderam que era melhor esperar o lançamento da Resolução do Conselho Federal. O mesmo acontece com a Resolução sobre cadastro de pessoa jurídica, cuja Resolução nacional foi lançada também recentemente. Regiane Aparecida Piva relata que o CRP SP defendeu muito nos GTs Nacionais e na APAF que fossem feitas essas Resoluções. Foi feito um grande esforço para que essas Resoluções fossem aprovadas. A Resolução de Pessoa Jurídica foi apresentada em APAF muito próxima daquilo que o CRP SP defendia, porém, durante a APAF definiram que todas as empresas que têm psicólogas/os, precisam se cadastrar, o que é inviável. O jurídico considerou essa decisão complicada. A base de formação para colaboradoras/es de COE e COF deve ser a mesma, das Resoluções e do Código de Ética. Maria Rozineti



374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

Goncalves pondera que outra sugestão é que a orientação se inicie ainda na formação. por isso, a proposta de que haja aproximação com as universidades. Também, recorda que a equipe técnica era bastante próxima aos núcleos temáticos, mas no início desta gestão, houve um distanciamento. Com a troca da Diretoria, buscou-se uma reaproximação, mas que não foi possível devido às demandas. Recorda que o horário de trabalho das/os trabalhadoras/es do CRP SP é o horário comercial e que as reuniões dos coletivos do CRP SP, muitas vezes, ocorrem fora desse horário, o que dificulta a participação. Ressalta também que há o problema de não haver um sistema integrado de sede e subsedes. Apresenta, então, as pendências da COF, sede e subsedes, para a próxima gestão. No momento, há 1081 (uma mil e oitenta e uma) fiscalizações pendentes. É impossível dar conta dessa demanda em um curto espaço de tempo. Recorda que nesta plenária mais de 80 novas pessoas jurídicas foram aprovadas e, todas elas, precisam ser fiscalizadas. Também, há 53 (cinquenta e três) orientações pendentes. Regiane Aparecida Piva complementa que o total de orientações com conselheira/o ou gestora/or (TAC) pendentes é de 28 (vinte e oito), o que se deve ao fato de que a COF tem aumentado o número de TACs, para não abrir representação. Considera importante terem apresentado os dados referentes às ações realizadas, não pelo sentido de divulgar a produção, mas de mostrar a constância do trabalho. Todas/os conselheiras/os e gestoras/es são responsáveis por prescrições, por plenárias canceladas e fiscalizações pendentes. Enquanto na COE há a prescrição de processo, na COF há legislações que estabelecem prazos, que muitas vezes não são cumpridos. Considerações do plenário: 1) Guilherme Rodrigues Raggi Pereira recorda que a falta de sistema integrado entre sede e subsedes é histórica e está relacionada às limitações do próprio sistema. Mas, foi definido na reunião do Grupo de TI nacional, a implantação de um novo sistema, que deve melhorar os procedimentos administrativos nas subsedes, como emissão de boletos, também se pensa em melhorias da forma de trabalho administrativo. Um dos pontos que levaram a empresa que será responsável pelo novo sistema que será implantado no Sistema Conselhos, é que já há um sistema para a COE e COF, portanto, o novo sistema também contemplará isso e, como é em nuvem, isso será garantido também para as subsedes. Portanto, entende que isso trará melhorias para os trabalhos de orientação, fiscalização, ética e atendimento. 2) Maria Rozineti Gonçalves pontua que, sobre a Comissão Gestora Metropolitana, é preciso que seja composta, também, por membros que tenham disponibilidade em horário comercial, para as fiscalizações e orientações



408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430431

432

433

434

435

436

437

438

439

440

presenciais. Porque, nesta gestão, a indisponibilidade nesses horários foi um impeditivo. 3) Regiane Aparecida Piva considera importante mudar a visão de lógica policialesca do CRP SP. 4) Beatriz Brambilla relata que recentemente dialogou com algumas/uns psicólogas/os e que a visão do CRP SP ainda, muitas vezes, é de uma delegacia. 5) Magna Barboza Damasceno comenta que a pouca participação da Comissão Gestora Metropolitana nas atividades da COE não são devido ao seu perfil. Todas as subsedes têm essa dificuldade. A maior dificuldade foi compreender o objeto. Após a participação de Regiane Piva em uma das reuniões da Comissão, em que foi explicado como era o funcionamento da COF, todas/os gostariam de participar. Como está de licença maternidade, ela tem conseguido avançar com a questão na Subsede Alto Tietê. Aquelas/es que atuam como professores ou na clínica possuem maior disponibilidade. 6) Regiane Aparecida Piva entende que podem destacar uma PAT de COE ou COF da sede, para ser a referência da Comissão Gestora Metropolitana. Comenta que considerou importante que passaram a convidar núcleos e outros coletivos que tinham relação com o tema a ser abordado, para as capacitações. Informa que esta gestão aproximou o jurídico das discussões, o que considera muito positivo. Relata que uma das formas que o jurídico os municiou foi sobre como o CRP SP pode justificar os prazos não cumpridos, que é por meio da constância do trabalho. 7) Rodrigo Presotto comenta sobre a necessidade de terem mais colaboradores para COF e COE. Ressalta que há mais colaboradores nas regiões para as ações políticas e que é importante capacitá-las para as ações ordinárias do CRP SP. Não região de Campinas, fizeram duas capacitações para COF e uma para COE. Muitas declaram que preferem as ações políticas, mas é importante pensar que essas pessoas são importantes para tocar as ações precípuas, também. Considera que precisam avaliar melhor, mas a análise da subsede de Campinas é favorável à TAC. Nesta gestão, houve muita dificuldade com o processo de novas inscrições e de contato com as/os profissionais. Muitas/os relatam que acabam entrando na mesma linha telefônica tanto para orientação profissional quanto para informações sobre boleto, o que dificulta o contato. Com a mudança de sistema, podem pensar nesses procedimentos que já poderiam estar sendo realizados nas subsedes, o que gera ainda mais trabalho na sede. 8) Rodrigo Toledo considera importante que a próxima gestão diferencie posicionamento de orientação. E que os conteúdos de orientações, notas e notícias sejam bem diferenciados no site, para que as/os psicólogas/os consigam localizar rapidamente o conteúdo necessário. Entende que todas as atividades gerais, como



442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472

473

474

eventos, são atividades de orientação e é algo que a próxima gestão precisa ter em foco a orientação. O produto dessas atividades deve ser algo que contribua para as demandas de orientação e diálogo com sociedade e da categoria. 9) Magna Barboza Damasceno informa há uma preocupação na Comissão Gestora Metropolitana porque muitas vezes as pessoas novas não compreendem a forma de lidar com algumas demandas. Assim, considera positivo lançarem informativo sobre como fazer nota de orientação. Sugere que sempre seja feito treinamento com as/os novas/os membras/os. Pede, também, que incluam a Subsede Alto Tietê no aplicativo de fiscalização e que nos slides incluam os dados da Metropolitana, ainda que os números de orientações e fiscalizações estejam zerados, para que se entenda a necessidade que a Metropolitana realize essas atividades. 10) Regiane Aparecida Piva indica a necessidade de que seja feita uma organização interna, explicando o que é sede, subsedes, territorialização, e etc. Relata que notaram que os eventos não estavam sendo cadastrados enquanto orientação a partir de uma solicitação do Conselho Federal. Internamente, o CRP SP já considerava eventos como orientações, mas isso não era considerado enquanto número. Agora, começaram a organizar essas informações. Ressalta, também, a importância de que verifiquem as avaliações dos participantes dos eventos. Solicitaram, por meio das PATs, que sejam encaminhadas as atas das reuniões de comissões e núcleos para a COF. Precisam avaliar qual o peso político de não terem uma/um PAT em uma fiscalização. Porque, ou os demais participantes precisam estar muito apropriados do sentido da fiscalização ou isso gerará retrabalho para as/os trabalhadoras/es. Da mesma forma, não ter PAT nas orientações também traz um custo político. Sobre a sugestão de incluir a Metropolitana nos slides que foram apresentados não seria bom. Precisam encontrar outra forma para reafirmar sua existência, relacionando-a a Sede. 11) Guilherme Raggi recorda que existem alguns procedimentos que carecem que as administrativas das subsedes encaminhem documentos para a sede e entrem em contato telefônico. Nesta gestão. já iniciaram o estudo sobre alteração dos procedimentos de atendimento nas subsedes que independem do novo sistema, que dará mais autonomia e responsabilidade às subsedes, que é de recebimento e conferência dos documentos, assim como é feito na sede. Considera que não é prudente realizar as mudanças neste momento, inclusive porque o sistema trará novas mudanças e, assim, seria algo a ser iniciado na próxima gestão. Com o tempo, isso deverá diminuir a necessidade de contato telefônico das subsedes com a sede. 12) Beatriz Borges Brambilla recorda que as Oficinas de



476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486

487

488

489

490

491 492

493

494

495

496

497

498 499

500

501

502

503

504

505

506

507508

Documentos Escritos também configuram como orientação. Sugere que os dados dessas atividades - quantidade realizada e de participantes - sejam incluídos nos materiais apresentados. Aproveita para sugerir que as dependências do CRP SP contem com espaço para as/os filhas/os de participantes das atividades. X) INFORMES DAS COMISSÕES, NÚCLEOS E GTS - Beatriz Borges Brambilla, tendo em vista o adiantado da hora, sugere que cada Núcleo, Comissão e GT apresente de forma sucinta os desafios que entendem em cada área para a próxima gestão. O plenário decide que, ainda que não seja realizada a leitura, deve-se incluir nesta ata as informações/relato daqueles coletivos que não estiveram representados na sessão, mas que encaminharam por escrito as informações. Iniciam a exposição dos desafios para a próxima gestão: 1) Subsede Grande ABC - Andrea da Costa informa que a Comissão Gestora da subsede sugere que se continue o trabalho com Núcleos e GTs. Duas das prioridades para a região é a articulação com os movimentos sociais e estreitar a relação com as universidades. As temáticas mais presentes na região são Saúde Suplementar, Psicoterapia, Psicologia Organizacional e psicólogas/os nas políticas públicas. 2) Núcleo Psicologia e Relações Etnicorraciais - Ivani Francisco de Oliveira informa que para a próxima gestão, entendem que os desafios são avançar na compreensão de chacinas, de emergências e desastres que deveriam comover a categoria como ocorre com outras situações, pois entendem que faz parte do processo de desnaturalizar o genocídio da população negra, aceitando a morte negra sem comoção. 3) Comissão de Comunicação - Ivani Francisco de Oliveira relata que um desafio é dar funcionalidade para o aplicativo; mas, com o banco de dados centralizado em um único site, é possível fazer as atualizações necessárias. As subsedes devem assumir responsabilidade com as informações dos territórios. Avançar também em processos de comunicação mais alinhados. Mas, entende que houve avanços, pois consequiram dar um formato plural para as comunicações do CRP SP, abordando diversas temáticas, deixando claro o público do CRP SP e o respeito às formas plurais da sociedade. 4) Comissão de Políticas Públicas e CREPOP - Beatriz Borges Brambilla relata que no início da gestão decidiram que a CPP e o CREPOP atuariam juntos, o que gerou um volume muito grande de trabalho. Assim, entende que talvez seja necessária/o uma/um conselheira/o acompanhando cada um dos grupos. Sobre o CREPOP, há o Observatório, que demandará muitas tarefas de acompanhamento. Com a divulgação, já há muitas/os respondentes. O indicativo é que atuem com mais parceria com a COF. Considera importante um aperfeiçoamento



510

511

512

513

514

515

516

517

518

519

520

521

522523

524

525

526

527

528

529

530

531

532533

534

535

536

537

538

539

540

541542

técnico no CREPOP, talvez tendo uma/um psicóloga/o fazendo a assessoria técnica, o que atualmente é realizado por um cientista social. Seria interessante ser uma/um psicóloga/o, considerando que as/os estagiárias/os são estudantes de Psicologia e também devido às demandas. Participou do processo de elaboração de uma Resolução que será apreciada na próxima APAF, sobre o CREPOP, que passará a ser uma instância permanente. O maior desafio é como transversalizar, despersonalizar ou desnuclear as temáticas do CRP SP. É preciso tornar as produções mais institucionais. 5) Subsede Alto Tietê - Magna Barboza Damasceno informa que os desafios são implantar a Comissão de Ética para análise de pareceres; indicar colaboradoras/es de COE e COF; realizar treinamento para essas/es colaboradoras/es e treinamento de CAM COE; ampliar e fortalecer o diálogo com os movimentos sociais e de defesa de direitos na região; continuar com as ações políticas de aproximação com a categoria; e, mapear e fiscalizar as comunidades terapêuticas dentro do território. 6) Comissão Gestora Metropolitana - Magna Barboza Damasceno aponta os desafios para a próxima gestão de alcançar maior representatividade, caso seja mantida a lógica de núcleos temáticos compostos por representantes das subsedes, havendo maior troca de informações entre a/o representante e a Comissão Gestora e tendo, ao menos, um representante da região por temática; considerando o tamanho do território, é muito limitado o número de membros na Metropolitana, assim, precisam pensar em estratégias de ampliação dessa participação; realizar uma integração com os setores que realizam atividade fim do CRP SP (COE, COF, Atendimento, Cedoc, CREPOP, Comunicação); criar grupo para participação nas reuniões de pareceres da Comissão de Ética; descentralização das entregas de CIP; maior aproximação com as/os estudantes e professoras/es. 7) Núcleo Educação e Medicalização - Lilian Suzuki relata que todas as ações estão documentadas e estão disponíveis, também as conversas por Whatsapp estarão arquivadas, onde há diversos registros, também, audiovisuais. Houve bastante participação das subsedes no Núcleo. Agradece às secretárias que prestaram apoio administrativo ao grupo. Sugerem que seja mantido o convite a colaborar de entidades como Abrapee - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, GIQE -Grupo Interinstitucional Queixa Escolar, Fórum sobre a Medicalização da Educação e da Sociedade e grupo Despatologiza. Buscar maior aproximação com as Secretarias de educação dos municípios, para garantir a reflexão sobre a medicalização, patologização e judicialização na educação e sobre o papel da/o psicóloga/o na



544

545

546

547

548

549

550

551

552

553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

educação e aqueles que atuam na saúde e na assistência, em uma ação em rede e na atenção a crianças e adolescentes; buscar maior aproximação com Secretarias de Saúde e Assistência Social dos municípios, para garantir a reflexão sobre a patologização, medicalização e judicialização e facilitar a construção de redes despatologizantes e desmedicalizantes: buscar atingir mais municípios, com acões ligadas ao enfrentamento da patologização e à medicalização da vida. Ter mais condições estruturais para identificar e agir diante dos projetos de lei que tratam sobre essas questões. Um grande desafio é a transversalização com outras temáticas, o que foi difícil nesta gestão. Maria Rozineti Gonçalves completa que houve uma reunião entre o CFP e todos os regionais e que, na próxima terça-feira (27/08), haverá audiência sobre PL para ingresso de assistentes sociais e psicólogas/os na educação básica. Caso o PL venha a ser aprovado, haverá o desafio de pensar em qual psicóloga/o se deseja nesse espaço. 8) GT História e Memória - Rodrigo Toledo comenta que havia uma séria de atividades previstas em Planejamento Estratégico, todas as ações foram realizadas. Há dois grandes desafios: a constituição de um grupo permanente de História e Memória, conforme deliberação do X COREP e X CNP; e, a aproximação com COF para questões de orientação. O Grupo teve vários produtos, como os vídeos sobre SUS, ECA e SUAS, que foram na perspectiva de orientação à categoria. 9) <u>CAM COE</u> - Rodrigo Toledo comenta que, conforme aprovado no X COREP e X CNP, um dos desafios é o enfrentamento à lógica judicializante e punitivista e que as atividades de mediação não estejam somente vinculadas à COE, que possa se desdobrar em outras ações do CRP SP, adotando uma lógica mais restaurativa para todos os processos do CRP SP. 10) Subsede Sorocaba - Ivana do Carmo Souza relata que conseguiram maior aproximação de colaboradores, investimento na aproximação com os movimentos sociais, realizaram ações buscando transversalizar as ações com os núcleos, incluíram representantes em diversos núcleos temáticos. Considera como desafios para a próxima gestão garantir a execução das demandas de fiscalização e oitivas, capacitação de colaboradoras/es para COE e COF, aproximar colaboradoras/es para representação de núcleos onde ainda não há representante das subsedes e manter proximidade com os movimentos sociais. Comenta, também, que nesta gestão inauguraram o novo imóvel da subsede. 11) Núcleo Assistência Social – Ivana do Carmo Souza recorda que realizaram, como ação, a manutenção da participação nas instâncias de controle social (FET-SUAS, CONSEAS, CMAS de diversos municípios), realizaram campanha contra o preconceito



578

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590591

592

593594

595

596

597

598

599

600 601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

contra usuárias/os do SUAS, lançamento estadual do vídeo da Campanha junto com fórum de usuários de São Paulo e incluíram o vídeos nas ações realizadas pelo núcleo nas subsedes. Também realizaram o IV Seminário Estadual da Psicologia na Assistência Social em 2018. Também ocorreram as Conferências municipais e estaduais e o Núcleo produziu materiais para essas atividades. Também ocorreu a Mostra de Práticas em Psicologia, junto com a Comissão de Políticas Públicas. Também fizeram nota de apoio às conferencias de assistência, que não foram realizadas. O Núcleo teve como estratégia realizar atividades que fossem agregadoras no estado e de maior impacto frente às fragilidades identificadas na manutenção das políticas públicas de assistência social e espaços de controle social. 12) Subsede Campinas - Rodrigo Presotto relata que os desafios foram de lidar com o aumento crescente de profissionais ativos na região. Realizam reunião mensal com representantes da subsede nos núcleos e colaboradoras/es, o que ajuda na transversalidade das discussões. A subsede conseguiu manter representação em praticamente todos os núcleos. Também houve avanço na organização dos processos de trabalho da subsede e a compra do novo imóvel para a subsede, que garantirá acessibilidade. A próxima gestão precisará dar início ao processo de licitação da reforma do espaço, para posterior inauguração. Entende que a nova subsede deve ter espaço para lactantes e vestiário para as/os funcionárias/os, possibilitando formas alternativas de deslocamento. Cita como desafio a manutenção dos processos de trabalho, ampliando a transversalidade das ações. 13) Núcleo Saúde - Rodrigo Presotto considera necessário que consigam transversalizar processos de trabalho das ações de saúde, para além do que foi priorizado durante esta gestão, de saúde mental e álcool e drogas. Por meio das consultas do CREPOP e das discussões com COE e COF, conseguiram dialogar com outras temáticas, como direitos sexuais e reprodutivos, atenção básica. Na subsede têm recebido, com frequência, denúncias sobre condições de trabalho em muitos espacos da saúde. Fizeram a publicação do Caderno Temático sobre Álcool e Drogas e o debate e aprofundamento sobre atuação das/os profissionais nas comunidades terapêuticas. O desafio é de pensar essas questões de forma alinhada com os demais núcleos e comissões. Considera que o último ano de gestão foi muito importante, em especial pela reconfiguração do Núcleo Saúde, com representação de quase todas as subsedes e esteve próximo aos movimentos sociais. Destaca também a participação do plenário do CRP SP no evento de comemoração dos 30 anos da Carta de Bauru. 14) Subsede Assis - Edgar



612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

626

627

628

629

630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642

643

644

Rodrigues relata que a Subsede Assis tem vários desafios para a próxima gestão. Considera que a subsede esteve representada em grande parte dos núcleos do CRP, mas que é importante ampliar o número de colaboradoras/es. Assis é a maior subsede em território e durante essa gestão procurou-se ampliar o número de municípios polo. Atualmente, são quatro, mas realizam atividades ainda em outros dois. Por ser um território muito grande, um dos desafios é a interiorização. Relata que ampliou o número de universidades na região da subsede, o que fez com que precisassem se aproximar dessas novas universidades, além de procurar aproximação também com as demais. Sobre interiorização, sugere a realização de plantões, assim como são realizados em Presidente Prudente e Marília, com presença da/o funcionária/o administrativa/o e da/o psicóloga/o assistente técnica/o (PAT). Assim, fazer mais eventos, orientações e oficinas de documentos escritos de forma interiorizada. Além disso, também há o desafio de realizar a reforma da Subsede, de modo que atenda à lei de acessibilidade. 15) Núcleo Psicologia e Povos Tradicionais - Maria Mercedes Guarnieri relata que o grande desafio do Núcleo foi a organização do 1º. Encontro da Rede de Articulação: Psicologia, Povos Indígenas, Quilombolas, de Terreiro, Tradicionais e em luta por território (I ERA), que foi bem frutífero. Conseguiram dar continuidade ao diálogo sobre a temática junto a CRPs e CFP e com povos de comunidades tradicionais de diversos lugares do Brasil, além dos de São Paulo. Compuseram, a partir disso, uma rede de articulação de psicólogas/os e povos tradicionais. Os desafios elencados são: mapear psicólogas/os que atuam junto a povos e comunidades tradicionais, convidando-as/os a colaborar com as ações do CRP SP; compreender melhor as demandas comuns e específicas dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, de terreiro e em busca por território, estreitando o diálogo e compartilhando saberes. Planejam um Observatório de Direitos Humanos para os povos das terras, descentralizar as ações do Núcleo pelas subsedes, fortalecendo os coletivos das subsedes. Não conseguiram transversalização da pauta de povos tradicionais com os demais núcleos, considerando as demandas, por exemplo, de saúde e assistência social desses povos. Para que essa transversalização seja possível, consideram importante que se aumente o número de colaboradoras/es. Consideram fundamental a transversalização com o Núcleo Psicologia e Relações Etnicorraciais. 16) Núcleo Criança e Adolescente -Maria Mercedes Guarnieri relata que não foi possível elencar todos os desafios. Mas, os principais são dar continuidade a articulação e a construção da resolução sobre a



646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658659

660

661

662

663

664

665

666

667

668 669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

atuação das/os psicólogas/os nas medidas socioeducativas, conforme deliberado no IX CNP. A minuta será apresentada na APAF de dezembro de 2019. Parte do material que o CRP SP construiu para as oficinas da Fundação Casa estão sendo contemplados nessa minuta. Também entende que se deve continuar a participar das campanhas nacionais, como a de erradicação do trabalho infantil e o engajamento nas demais campanhas, como a de enfrentamento à violência sexual. Não deve ocorrer a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, mas é importante que o CRP SP lute para que ocorra e, caso venha a ocorrer, que participe. Também elenca como desafio a manutenção da participação e articulação com movimentos sociais, especialmente aqueles contrários à redução da maioridade penal. Necessário também transversalizar as pautas. Ressalta a importância de aproximação com a Fundação Casa, para orientação das/os psicólogas/os. Considera fundamental que o CRP mantenha o compromisso de defesa de direitos de adolescentes que estão encarcerados/as, orientando a profissão para realizar um trabalho de excelência junto a esses adolescentes. 17) Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte - Karina Alejandra Preter Ancamil relata que a representação da subsede em núcleos oscilou bastante durante esta gestão. Entende que há necessidade de composição de grupos regionais sobre as temáticas, de modo a manter/ aprofundar as discussões realizadas nos núcleos. Manter as discussões permanentes nas subsedes aproxima colaboradoras/es e a categoria. Houve dificuldade em ter pessoas para colaborar e mesmo para compor a comissão gestora. Conseguiram avançar em diversas temáticas, realizaram atividades com os Núcleos Justiça, Relações Etnicorraciais, Saúde e Psicoterapia. De janeiro a agosto deste ano tiveram um número maior de fiscalizações realizadas do que todo o período da gestão anterior. Também houve aumento no número de entregas de CIP. Assim, veem a necessidade de contratação de mais uma funcionária administrativa, devido ao aumento de demanda. Não é possível fazer ações políticas sem apoio administrativo. 18) Núcleo Psicoterapias - Karina Alejandra Preter Ancamil informa que a prioridade de discussão no Núcleo foi a saúde suplementar. Um dos desafios é o levantamento do número de profissionais que realizam atendimento por convênio. Precisam avançar nas discussões sobre intervenção assistida por animais, práticas integrativas, acompanhamento terapêutico, o debate sobre a clínica social e atendimento online. Suely Castaldi Ortiz da Silva informa que em novembro do último ano, quando retomaram esse núcleo, o indicativo era de discussão sobre saúde suplementar e o CFP chamou uma reunião e compôs um grupo sobre o tema. A partir



680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691692

693

694

695

696

697

698

699700

701

702703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

dessa da identificação das demandas nacionais sobre o tema foi criado um Ciclo de Palestras que percorreu sede e subsedes, contando com a presença de Conselheira do CFP e Sinapse para debate. Também se realizou uma jornada de psicoterapias na Subsede do ABC, com participantes desse território. Algumas demandas também foram recebidas de saúde suplementar no recorte de população LGBTI. O principal mote da discussão nos eventos foi :como enfrentar a precarização do trabalho junto às operadoras de saúde. Encaminhamento por escrito: "Apresentação - Breve Histórico -Núcleo de Psicoterapias: No início desta gestão, especificamente no ano de 2017, o Núcleo Psicoterapias iniciou seus trabalhos sob coordenação da conselheira Clarice Pimentel. Após poucas reuniões, principalmente de organização e levantamento das pautas a conselheira se afastou. Quem assumiu os trabalhos à época foi o colaborador Roberto Guerreiro, que no final do ano de 2017, por questões pessoais. também se afasta. Assim, sem direcionamento da Sede e sem ações definidas no planejamento estratégico, o núcleo pausou seus trabalhos, ficando inativo no ano de 2018. Em novembro de 2018 a conselheira Suely Ortiz assume a coordenação do grupo, retomando os trabalhos. Desde então, com a participação de poucas subsedes. Objetivos: A) Dar visibilidade à diversidade da prestação do serviço psicológico a diversas populações e em diversos contextos; B) Realizar incidência, em parceria com o Sinapse, sobre a saúde suplementar. Delineamentos: Este ano, celebrou-se 10 anos do Ano da Psicoterapia e, por convite da ABEP e ABRAP, participamos do Seminário de Psicoterapias no CFP, quando foram avaliadas ações e consultas aos CRs do Sistema sobre a formação e campo de atuação, face as diversas atuações terapêuticas que veem se confundido com a área e possíveis ações que nos sublinhe como ciência e profissão, de atuação ética e coerente com as mudanças sociais, bem como as questões da formação e estágios e a possibilidade de ampliação do diálogo com as IES. Houve ampla participação em reuniões inter núcleos, enfatizando a perspectiva de que a psicoterapia, por muito tempo afastada ou dogmatizada como um meio elitista, precisaria ouvir e ser ouvida e encarar os novos desafios de nosso tempo, pensar na transdisciplinaridade, no trabalho em rede e na acessibilidade deste serviço para a sociedade. Saúde Suplementar - desde então, o grupo foi se recompondo e priorizou a pauta da Saúde Suplementar. Realizamos eventos na sede e subsedes, buscando dialogar com a categoria as possibilidades e desafios desse campo, em diálogo com o CFP e Sinpsi. Neste último momento de ações, a Subsede do Conselho de Psicologia do Grande ABC promoveu a I Jornada de Psicoterapias do Grande ABC,



714

715

716

717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729

730

731

732

733734

735

736737

738

739

740

741

742

743

744

745

746

com viés orientativo trouxe ricos e potentes debates, considerando a transversalidade dos temas com outros núcleos e repensando as Psicoterapias de forma a ampliar a consciência social sobre saúde mental e a atuação pautada na ética com ênfase aos Direitos Humanos. Temas como: Da segregação a integração; do paliativo ao e(a)efetivo; Interface da ética, moral e cidadania; Inter núcleos – debates amplos; Produção de Documentos; Indicação para próxima gestão. Ações objetivas: São Paulo: Saúde suplementar / Seminário de Psicoterapias CFP; Campinas: Saúde suplementar e Prevenção ao Suicídio; Bauru: Saúde suplementar; Vale: Saúde suplementar; São José dos Campos: Saúde suplementar; ABC: Jornada de Psicoterapias do Grande ABC. Média de 30 pessoas por evento. Desafio: aumentar engajamento -Comunicação. Prospecções: Sugerimos para a próxima gestão a retomada das pautas levantadas inicialmente pelo núcleo, estimando o avanço de ações efetivas em relação a Psicoterapias no estado e país: 1) Atendimento psicológico por convênio: a) pesquisas junto às clínicas e operadoras de saúde sobre profissionais e população atendida; b) parceria com sindicato sobre deliberações da ANS, qualidade dos serviços e condições de trabalho; 2) Debate sobre psicoterapias e psicologia clínica (definições, teorias, métodos e práticas): a) levantamento de materiais já produzidos pelas subsedes; b) parceria com outras instituições, como ABRAP e ABEP; 3) IAA -Intervenção Assistida por Animais; 4) PICs - Práticas Integrativas e Complementares; 5) Acompanhamento Terapêutico; 6) Contrato terapêutico e cobrança de faltas no atendimento clínico - alinhamento com COF e pesquisa com outros CRs; 7) Clínica Social: debater junto a categoria e COE/COF; 8) Atendimento Online: entendimento e debater da resolução. 9) Reuniões ampliadas como um cerne para a escuta da categoria. 10) Eventos programadas que contemplem temas e produzam alinhamentos e referências de forma concreta. 11) Planejamento estratégico das ações de forma sustentável. 12) Ampliação do número e engajamento dos colaboradores". 19) Comissão de Direitos Humanos - Reginaldo Branco da Silva relata que os dois grandes desafios são de manter a aproximação com os movimentos sociais, especialmente na cidade de São Paulo e montar a frente de drogas e direitos humanos. Também que, caso seja mantida a divisão por núcleos de defesa de direitos, que esses participem da Comissão de Direitos Humanos. 20) Núcleo Emergências e Desastres - Reginaldo Branco da Silva expressa seu descontentamento com o Núcleo, tanto pela baixa participação de colaboradoras/es, quanto pelo desalinhamento político de algumas/ns dessas/es. Assim, o grande desafio é de ter colaboradoras/es com



748

749

750

751

752

753

754

755

756

757

758

759

760

761

762

763

764

765

766

767

768

769

770771

772

773

774

775

776

777

778

779780

alinhamento político, fortalecendo o Núcleo. 21) Subsede Bauru - Regiane Aparecida Piva relata que a desistência do conselheiro coordenador da subsede no início da gestão fez com que houvesse muitas ausências de representantes da subsede na plenária. Destaca como principais desafios a participação no território. Destaca a importância de organizar frentes de atuação política, permitindo que não haja hierarquia para responder às demandas emergenciais nos territórios. Também, que seja dada condições para que haja participação de psicólogas/os no maior número possível de atividades. 22) Subsede Ribeirão Preto - Encaminhado por escrito: "A experiência da gestão da subsede de Ribeirão Preto. Destacamos que para as atividades ordinárias foi de grande importância a boa relação de trabalho entre as membras da gestão e das funcionárias da subsede. Avaliamos que o grande desafio da subsede é quantidade da demanda que tem aumentado significativamente tanto no âmbito administrativo como nas ações COE e COF, por isso entendemos que para próxima gestão será necessária a providência de novas medidas, tal como a contratação de pessoas. Nas atividades políticas desenvolvidas foi possível estabelecer parcerias com psicólogas, estudantes de psicologia e outros profissionais para a construção coletiva de ações com grande impacto para o território, observamos uma maior participação da categoria nas atividades, ainda que figue como desafio para a próxima gestão a ampliação desse contato com a categoria. É importante destacar o avanço que tivemos nas ações ordinárias e políticas nas demais cidades da região, garantindo o compromisso da gestão de interiorização. Contudo, entendemos que ainda há muito a ser realizado, sendo este também um desafio para próxima gestão. Pensamos que a ampliação dos colaboradores também é um grande desafio. Iniciamos a gestão com muitas pessoas interessadas em colaborar, porém ao longo da gestão deixaram de participar. Avaliamos dois fatores como impeditivos dessa participação: o custeio e a comunicação. Outro desafio é ampliar a comunicação entre sede e Subsedes. Entendemos que há sobrecarga de trabalho, mas a dificuldade em comunicação acaba gerando desgaste e retrabalho, além da quantidade excessiva de e-mails que recebemos. Temas importantes: • Redução da maioridade Penal; • Precarização do SUS e SUAS; • Garantia de direitos as pessoas em vulnerabilidade; • Psicólogo/a clínico: mercado e a transformação social; • 30 anos do Eca". 23) Subsede São José do Rio Preto - Encaminhado por escrito: "A pedido da Comissão Gestora de São José do Rio Preto, pedimos que o conteúdo abaixo seja direcionado à próxima Plenária de 24/08, já que nesta ocasião SJRio Preto não será representado. 1. A



782

783

784

785

786

787

788

789

790

791

792

793

794795

796

797

798

799

800

801 802

803

804805

806

807

808

809

810

811

812

813814

categoria se aproximar da realidade da classe trabalhadora. Repensar no compromisso da psicologia na saúde mental do trabalhador, ponderando os efeitos das reformas na subjetividade e adoecimento no mundo do trabalho. Maior envolvimento com cooperativas e economia solidária. Estar mais próxima dos movimentos de trabalhodorxs. 2. O CRP se aproximar das psicólogas clínicas e estabelecer um diálogo sobre a importância do conhecimento dos posicionamentos do Conselho. 3. O CRP promover ações com a ABEP e divulgar o Código de Ética, resolução e posicionamentos do conselho reafirmando quais são as funções do conselho dentro dos cursos de psicologia. Participando de eventos como a semana da psicologia. 4. Manutenção de posicionamentos e compromissos com reforma psiquiátrica e luta Antimanicomial, luta por uma psicologia anti-racista, anti-labtfóbica e feminista. 5. Um desafio é manter a especificidade das pautas identitárias, sempre discutidas e valorizadas pelo conselho, mas buscando pontos de convergência que propiciem espaços para discussões macros". 24) Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira -Encaminhado por escrito: "Principais desafios para a próxima gestão para a Subsede CRP/SP Baixada Santista e Vale do Ribeira seria a de manter os colaboradores que já atuam junto à Gestão e ampliar a participação da categoria de modo mais qualificada e permanente, diversificando mais os temas discutidos; descentralizado a gestão para pólos ainda não exploradas para regiões mais "periférica", fora da região metropolitana, como: Bertioga, Praia Grande, Itanhaém e Peruíbe, e principalmente, investir mais na região do Vale do Ribeira; onde vimos questões e demandas que são específicas da região, diferentes das encontradas na região metropolitana. Ampliar a participação e as temáticas discutidas, transversalizando e diversificando os temas de acordo com os interesses da categoria, fomentar a criação de espaços de discussões que propiciem maior participação da categoria, onde sintam-se mais contempladas em suas necessidades técnicas e éticas. É importante manter a discussão de temáticas de importância para a Psicologia juntamente com outros campos de saberes, objetivando o incentivo de uma atuação mais multidisciplinar e interdisciplinar. Garantir a participação de colaboradores em espaços de controle social das políticas públicas de modo qualificado e estratégico no intuito de serem mais combativos à retração de financiamento das políticas públicas, bem como os retrocessos de várias pautas coletivas e também das(os) trabalhadoras(es) psis. Além do apoio à categoria é importante manter o apoio ao protagonismo dos usuários das políticas públicas, bem como às(aos) trabalhadoras(es) e aos movimentos sociais da região que tenham o



816

817

818

819

820

821

822

823

824

825

826

827

828829

830

831

832

833

834

835

836

837

838839

840

841

842

843

844

845

846

847

848

mesmo alinhamento político da gestão de modo a trabalharem em parceria junto ao CRP". 25) Núcleo Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) – Encaminhado por escrito: "Acreditamos que ao finalizarmos essa gestão entregando a pesquisa que mapeou o perfil da/o psicóloga/o organizacional e do trabalho, reunimos dados valiosos que ficarão à disposição da próxima gestão para divulgação, avaliação e intervenção com base nas solicitações e perfis levantados, o que entendemos ser um dos primeiros desafios do núcleo de psicologia organizacional e do trabalho do triênio 2019-2022. Ademais, desafios que acreditamos também ser imprescindíveis de serem vencidos consistem nos debates acerca da avaliação psicossocial com base nas determinações das normas regulamentadoras, a questão da inclusão de pessoas com deficiência no mercado, bem como o debate sobre a diversidade e sobre a prática do Coaching que ainda tem gerado dúvidas e angústias no cenário organizacional. Por fim, entendemos que é importante cuidar da formação do núcleo em cada Subsede para que as discussões pertinentes ao tema possam se conectar aos objetivos de descentralização e regionalização deste Conselho". 26) Núcleo Psicologia e <u>Deficiência</u> – Encaminhado por escrito: "Ainda que o Núcleo Psicologia e Deficiência avalie que seu desempenho tenha atendido as expectativas das(os) suas(seus) membras(os), executando a maioria de suas ações, muitos são os desafios para a próxima gestão, considerando a conjuntura atual e seus possíveis retrocessos, em um contexto pouco favorável para políticas públicas no campo dos direitos humanos, sobretudo em relação aos direitos das pessoas com deficiência. Assim, manter o tema como pauta prioritária na próxima gestão é fundamental para garantir a continuidade do debate e das intervenções, considerando a necessidade de fazermos o enfrentamento da violência e do capacitismo ainda tão presente na categoria e na sociedade, a patologização e a medicalização das pessoas com deficiência, a necessidade de orientação e fiscalização de instituições de longa permanência que tem atendido a demanda, a necessidade de construir referências para o atendimento de pessoas com deficiência e singularmente às pessoas surdas, a luta pela manutenção da política educacional na perspectiva inclusiva que encontra-se ameaçada. Fundamental também que se dê continuidade aos debates de modo transversal, com a participação dos movimentos sociais e que as psicólogas e psicólogos com deficiência sejam protagonistas nos espaços de gestão e de deliberação, de modo a construir uma psicologia inclusiva e atenta as singularidades das(os) profissionais e das pessoas com deficiência usuárias dos serviços de



850

851

852

853

854

855

856

857

858

859

860

861

862

863

864

865866

867

868

869

870

871

872873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

psicologia. Ressalto, também, a necessidade de providências em relação ao cadastro de psicólogas/os com deficiência quando no ato de sua inscrição junto ao sistema conselhos ou da atualização cadastral. Por fim, destaco a necessidade urgente de dar continuidade a formação dos trabalhadores e trabalhadoras do atendimento, no que se refere ao curso de LIBRAS nas subsedes que o curso ainda não foi realizado. Agradeço a oportunidade de ter contribuído com a gestão e parabenizo as conselheiras e aos conselheiros do XV Plenário do CRP-SP que se dedicaram incansavelmente e conseguiram superar os impasses com maestria em nome de uma Psicologia mais democrática e diversa". 27) Núcleo Sexualidade e Gênero -Encaminhado por escrito: "Desafios para a Gestão 2019-2022 - Núcleo de Sexualidade Gênero - 1. Dar continuidade à defesa das resoluções 01/99 e 01/2018; 2. Dar continuidade ao debate sobre aborto legal e ilegal e ao debate sobre psicologia obstétrica; 3. Indicação de construção de caderno temático sobre violência contra mulher e o atendimento Psi; 4. Elaboração de Caderno Temático Sobre Psicologia e questões da população LGBT; 5. Indicamos que a próxima gestão promova espaço de encontro entre profissionais que trabalham em serviços especializados nas temáticas de gênero e sexualidade; 6. Intensificar ações com NCA e com outros núcleos temáticos do CRP SP; 7. Dar continuidade às discussões e elaboração de materiais sobre masculinidades, iniciada nesta gestão, e que notamos ser de grande interesse da categoria; 8. Problematizar a avaliação psicológica compulsória de pessoas trans no processo transexualizador; 9. Realizar rodas de conversas sobre questões de gênero e sexualidade, dando visibilidade também a grupos que tem suas questões menos discutidas como assexuais, intersexo, bissexuais; 10. Elaborar Cartilha sobre o atendimento e assistência a crianças e adolescentes LGBTs; 11. Permanecer participando da Feira LGBT, tanto em São Paulo quanto em Paradas do Orgulho LGBT, em outras cidades, pois tem sido um espaço de rico diálogo com a população; 12. Indicamos a necessidade de retomada da articulação de GTs nos territórios, articulação com os Movimentos Sociais, e articulação com o CFP". 28) Subsede Bauru __Encaminhado por escrito: "Recomendações e Desafios: 1. Participação ativa do território no planejamento das ações e forma de organização de nova gestão; 2. Organizar frentes de atuação política (GTs, Núcleos, Comissões) permitindo que não haja hierarquias, possibilitando diálogos e autossuficiência para desenvolver ações regionais e responder as demandas emergenciais do território mais rapidamente; 3. Dar condições para que haja participação das psicólogas do maior número de



884

885

886

887

888

889

890

891

892

893

894

895

896897

898

899

900

901

902

903

904

905

906907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

atividades possíveis (representante do órgão de controle social, núcleos, comissões, fóruns), agilizando reembolso de gastos e convites e dividindo tarefas políticas dos gestores". 29) GTs APAF - Encaminhado por escrito: "Política de Orientação e Fiscalização (Regiane, Rodrigo e Guilherme). Metodologia: reuniões presenciais e a distância. Consulta a todos os CRs. – CPD - (Res. CFP nº 011/2019) entra em vigor no dia 26 de julho de 2019. Contratação de escritório de advocacia. Revisão e lançamento do novo CPD. Discussões de ajustes nos CRs. Falta> CPD comentado, vídeo sobre o CPD e Diálogo Digital. Atendimento Domiciliar – De minuta de Resolução o GT decidiu fazer Nota Técnica. Passará na APAF de dezembro de 2019. Coaching – Consulta a vários profissionais. Nota orientativa com base no CEPP. Trabalhou enquanto projeto piloto para discutir novas práticas. Diálogo Digital (Berni). Ampliar rol de documentos para inscrição - Alterar a Consolidação (003/07 art 8 VI outros documentos). Resolução Inscrição de PJ - Aprovada na APAF de maio/19. Em fase de revisão ortográfica (julho). Observatório de Novas Práticas – Consulta a vários profissionais (Luiz Alberto Hanns). Reunião presencial com representantes dos CRs. Será encaminhada para colaboração dos CRs. Outros temas: Guarda dos processos éticos (suspensão 15 anos, censura 10 anos, advertência e multa 5 anos, arquivamento até o falecimento da profissional) – Instrução Normativa. <u>Carteira protegida</u> (outro GT); Número de conselheiros regionais inviável manter discussão durante o processo eleitoral - se for nosso interesse, pautar na APAF de dezembro/19; Documento Serviço Escola revisão deverá ser realizada pelos autores (CRP06, CFP e ABEP) e não por um GT. Exercício llegal e Irregular jurisprudência só em SP não podendo ser generalizada para nível nacional. Diplomas e Certificados estrangeiros reeditar a Resolução CFP nº 02/02. Política de Álcool e Outras Drogas (Regiane, Ed) Passei a fazer patê do GT após APAF que definiu a tarefa do GT para construção de uma minuta de resolução com critérios mais detalhados para inscrição clinicas/comunidades terapêuticas nos CRs, enquanto representante da COF/região sudeste. Ocorreram poucas reuniões, algumas por telefone e uma presencial com um "GT dentro do GT" para com base nas diretrizes do grupo, propor um texto para a Resolução. Foi pautada e apreciada na APAF de dez/18, mas a área técnica do CFP que acompanha esta pauta percebeu que as alterações realizadas na APAF trabalhou em cima de uma versão anterior da minuta, sendo necessário repautar na APAF de maio de 2019 para que fosse apreciado texto correto (ou o que faltou ser apreciado na APAF anterior, a critério do grupo)". XI) COMISSÃO DE SINDICÂNCIA 001/19



918

919

920

921

922

923924

925

926

927

928

929

930931

932

933

934

935

(PORTARIA CRP-06 №. 031/19, DE 1º/07/2019) – Trata-se de Sindicância instaurada pela Portaria CRP-06 n. 031/2019, de 1º de julho de 2019, com a finalidade de apurar processo ético prescrito na Comissão de Ética (COE). Foram designados a conselheira Ivana do Carmo de Souza (CRP 06/90362) como Presidenta e os conselheiros Rodrigo Fernando Presotto (CRP 06/86342), como membro e Beatriz Marques de Mattos (CRP 06/108613), como membra. O relatório final da referida Comissão foi apresentado somente na presença de conselheiras/os e registrados os encaminhamentos. Encaminhamento: O plenário aprovou o Relatório apresentado pela Comissão de Sindicância. E acrescentou: importante registrar que a última eleição do Sistema Conselhos ocorreu em 27 de agosto de 2016 e que nos meses consecutivos a esta data se dá ordinariamente a recomposição de Diretoria e Comissões, o que corresponde a um dos períodos em que o processo ficou aguardando impulso processual. Do ponto de vista das diretrizes do processo de trabalho, salienta-se que o CRP SP necessita primar pela ampla defesa e o contraditório das partes envolvidas no processo ético, o que justifica a insistência na citação das mesmas pelas instâncias envolvidas. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta Luciana Stoppa dos Santos, deu por encerrada a sessão às 14 horas e 30 minutos, da qual eu, conselheira secretária, Suely Castaldi Ortiz da Silva, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada. São Paulo, 24 de agosto de 2019.

Edgar Rodrigues	Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
Larissa Gomes Ornelas Pedott	Luciana Stoppa dos Santos
Maria Rozineti Gonçalves	Regiane Aparecida Piva
Reginaldo Branco da Silva	Rodrigo Toledo



Suely Castaldi Ortiz da Silva	Beatriz Borges Brambilla
Ivana do Carmo Souza	Ivani Francisco de Oliveira
Magna Barboza Damasceno	Maria Mercedes W. K. V. B. Guarnieri
Rodrigo Fernando Presotto	-